



IMPACTO DA REGULAMENTAÇÃO DA TELEMEDICINA NA GESTÃO DE RECURSOS E ACESSO À SAÚDE NA MEDICINA DA FAMÍLIA E COMUNIDADE

HOMERO DA SILVA PEREIRA; ANA KAROLLINE VIANA SANTOS; MARCELO SANTOS LIMA FILHO; YNGRID CAVALCANTE DE OLIVEIRA FREITAS; JULIA AKEMI SHIOBARA

Introdução: A telemedicina emergiu como uma ferramenta crucial na prestação de serviços de saúde, especialmente durante a pandemia de COVID-19. No Brasil, a regulamentação da telemedicina tem sido objeto de debate e evolução normativa, refletindo a necessidade de garantir acesso à saúde e segurança jurídica aos profissionais e pacientes. Neste contexto, é essencial compreender o impacto dessa regulamentação na gestão de recursos e no acesso à saúde na Medicina da Família e Comunidade (MFC), bem como considerar como essa modalidade de atendimento pode impactar diretamente no acesso cidadão à saúde e aos seus direitos fundamentais. **Objetivo:** Este trabalho se propõe a investigar o impacto da regulamentação da telemedicina na gestão de recursos e no acesso à saúde na MFC até o ano de 2023. Serão analisadas as implicações das leis e resoluções vigentes nesse período, visando compreender como essas regulamentações influenciaram tanto a gestão dos recursos disponíveis quanto o acesso dos pacientes aos serviços de saúde por meio da telemedicina. **Metodologia:** A pesquisa foi realizada por meio de uma abordagem bibliográfica, com análise de normas legais, incluindo a Constituição Federal de 1988, resoluções do Conselho Federal de Medicina (CFM) e leis específicas relacionadas à telemedicina, como a Lei nº 13.989/2020 e a Resolução nº 2.314/2022. O método dedutivo foi empregado para analisar o impacto da regulamentação na gestão de recursos e acesso à saúde na MFC. **Resultado:** Os principais achados revelam que a padronização da telemedicina, especialmente a teleconsulta, proporcionou maior flexibilidade na gestão de recursos de saúde, permitindo a otimização do tempo dos profissionais e o aumento da acessibilidade dos pacientes aos serviços de saúde. Além disso, a segurança jurídica oferecida pela normatização contribuiu para a expansão da telemedicina como uma modalidade de prestação de serviços médicos. **Conclusão:** A regulamentação da telemedicina é fundamental para a administração de recursos e acesso à saúde na MFC. Ao estabelecer um arcabouço legal e sólido, a telemedicina facilita uma abordagem eficaz e inclusiva na prestação de cuidados em saúde, garantindo acesso aos serviços médicos e otimizando a eficiência dos recursos disponíveis, em linha com os princípios do SUS, especialmente o da equidade.

Palavras-chave: Telemedicina, Regulamentação, Gestão de recursos, Acesso à saúde, Medicina da família e comunidade.